

## **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE BRAGANÇA PAULISTA – COMDEMA – BIÊNIO 2021/2023 – 25 DE NOVEMBRO DE 2021 – ON LINE GOOGLE MEET**

Aos vinte e cinco de novembro de 2021, com início às **09h15**, realizou-se on-line no aplicativo google meet, num trabalho home office devido à pandemia do COVID 19 que o mundo está passando, Reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – biênio 2021/2023, conduzida pelo Professor Joaquim Gilberto de Oliveira, Presidente, com a presença dos Conselheiros, Joaquim Gilberto de Oliveira, Elenice Mouro Varanda, Adriana, Davison Franco de Oliveira, Dilnei Giseli Lorenzi, Michele Consolmagno, Osvaldo Rubio Junior, Carlos Alberto Rezende, Felipe Morais Del Lama, -Daniela Toledo, Nádia Zacharczuk, Salvador Markowicz, Carolina Mastrorosa Mourão, Ana Elisa Cardoso do Nascimento, Mauricio Richieri, Beatriz Helena de Andrade Maia, José do Carmo de Souza Junior, Marta Aparecida Franco, Paula Trambaiole Lima, Carolina Marques Suppioni Berteli Ferreira, Benedito Carvalho Junior, Priscila Santana de Moraes, Fabiano Antônio Sperendio e os seguintes participantes: Verônica Baptista de Queiroz, Tainá Mello, Claudio Zago, Jorge Rosa, Eduardo Silva, Monique Darrieux. Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente deu boas-vindas a todos e atestando o quórum legal para deliberações abriu a reunião informando a todos que a reunião estava sendo gravada e pedindo que os presentes colocassem o nome completo e a entidade que representavam no chat para registro da presença de todos e que as pessoas que não faziam parte do Conselho e queriam registrar a presença, também colocar o nome completo para registro em ata. Como primeiro item da pauta o senhor presidente colocou em votação a ata quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Bragança Paulista- COMDEMA, biênio 2021/2023, realizada no dia 25 de novembro de 2021. Pediu a dispensa da leitura e abriu a palavra aos conselheiros para manifestações e solicitou aos conselheiros que se as alterações fossem apenas de forma, ortografia ou de qualquer outra correção que não alterasse o conteúdo, encaminhar através do e-mail oficial do Conselho. Não havendo considerações, colocou em votação a ata que foi aprovada com uma abstenção. Em seguida o Presidente passou a próximo item da pauta – Assuntos de Interesse dos Conselheiros – A Conselheira Ana Nascimento falou sobre o destino dos animais silvestres, propondo uma solução mais rápida para que antes de serem encaminhados para Associação Mata Ciliar tenham um local para serem abrigados e que tenha um resgate próprio para estes animais. Pelo presidente foi acatado o pedido e o assunto voltará à pauta deste Conselho. Bia Maia solicitou informações sobre a PL 70/21, Dia do Caçador e PL de 25/10/2019 referente recuos de APPs. Sugeriu que a partir do ano que vem, o destino dos Recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente tivesse uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes temas ambientais. Respondendo a manifestação da Bia Maia, o presidente informou que quanto a PL 70/21, terá andamento após o recesso da Câmara. Sugeriu que fosse criado um grupo para acompanhar no legislativo o andamento da PL. Com relação a PL de 25/10/2019, não tem informação do andamento. Em 2022 a prefeitura fara as alterações do Código de Urbanismo e o Conselho precisa estar atento com relação às questões ambientais. A respeito do percentual de distribuição do Fundo Municipal do Meio Ambiente, acha interessante que o Conselho em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente tente achar um equilíbrio ou uma ferramenta mais formal do uso desse recurso. O presidente informou aos Conselheiros

que na próxima reunião do dia 16 a Secretaria do Meio Ambiente apresentará uma prestação de contas completa de todos os recursos já liberados, andamento das ações e um balanço dos recursos que ainda estão disponíveis para 2022. O Conselheiro Maurício Richieri sugeriu que a respeito da PL 7021, o vereador comparecesse a reunião do Comdema para explicar os motivos da criação e se isso tem a ver com a caça na região ou não. O Presidente acatou a sugestão e disse que em 2022 o vereador, autor do projeto, será convidado a participar de uma reunião. Salientou que é muito importante a participação dos Conselheiros nas reuniões das comissões na Câmara Municipal quando o Conselho for convidado, para que possa mostrar a força e posição quanto Conselho de proteção do Meio Ambiente. O Conselheiro Oswaldo Junior indagou sobre o projeto de reforma da Praça Central. A Conselheira Elenice Mouro Varanda disse que deu uma olhada no projeto e pelo que leu o calçamento vai ser totalmente modificado e vão ser retirados os canteiros altos que estão em volta das sibipirunas e que se isso acontecer vai expor raízes. Que na tabela que consta são 14 árvores para supressão e a Secretária informou 09. Sugeriu o comparecimento no Comdema do responsável pelo projeto para uma apresentação antes que ele se inicie. Sugeriu também que fizesse parte do projeto, os cuidados posteriores ao plantio. A Conselheira pediu informação sobre um piscinão que está sendo construído, sobre a questão da barragem e sobre a construção do Posto de Saúde que está sendo construído perto de um campo de futebol porque no local era um brejo e foi aterrado e segundo moradores do local, lá era uma mina e não podia ser aterrada. A Secretária Nádia Zacharczuk disse ser pertinente a apresentação do projeto da praça no COMDEMA; Que, na Alberto Diniz foram retiradas três árvores; Que quanto ao Posto de Saúde, ali não é um Posto de Saúde, é uma extensão do viário e uma praça; Que quanto à mina, não existe registro no IGC de nascente e que foi feito uma drenagem de uma contribuição pluvial oriunda de região à montante, e que nessa drenagem pluvial havia muito esgoto junto. Que foi necessário um escoamento das águas pluviais até o córrego com tubulação que antes não existia. Que foi acionada a Sabesp para retirar o esgoto que era despejado na tubulação. A Conselheira Bia Maia disse que concorda com a Conselheira Elenice de que o projeto de reforma da Praça Central é complicado. Acha que deveriam ser plantadas novas árvores no local. Que duvidava que fosse alterado alguma coisa porque o projeto já foi aprovado e feita licitação. Que por exemplo, as flores “sunpatiens” precisam ser regadas constantemente e que os caminhões que levam a água, que é comprada na Sabesp, ficam na rotatória atrapalhando o trânsito. Que no Jardim Público existem tapumes que avançam na calçada e que não sabem quantas árvores foram retiradas. Que deveriam ser feitas Audiências Públicas após a elaboração desse tipo de projetos. Oswaldo Junior se manifestou dizendo que as Praças são históricas e deveria ter um olhar histórico; que na Praça do rosário foi tirado o paralelepípedo e colocaram cimento e que parece que querem gastar dinheiro para dar valor a obra; que não é só chegar e arrancar porque um paisagista lá da casa do chapéu mandou; que no Jardim Público puseram planta de sol na sombra e planta de sombra no sol. O Presidente sobre o assunto falou que, como os Conselheiros estavam pedindo maior cuidado por parte do município com relação aos espaços públicos e áreas verdes, que seja debatido previamente com as pessoas antes de tomarem medidas drásticas de alterações de uma paisagem que se tem na memória há muito tempo. Que as pessoas têm direito de discutir com o Poder Público, ações de transformação de espaços públicos. Que o dinheiro é do contribuinte e o espaço é nosso porque somos nós que usamos. As pessoas que estão à frente do poder público são ferramentas e precisam dialogar com a comunidade. Não é porque uma pessoa está eleita que ela tem direito de alterar a paisagem de uma

comunidade inteira, sem ao menos dar satisfação à comunidade. O Regimento interno tem uma série de ferramentas que podem ajudar. Se tem uma deliberação ou uma determinação do Conselho que tenha que previamente se debater, tem que formalizar com ferramentas previstas nas normas, senão, o Executivo vai continuar fazendo o que sempre fez em todas as administrações, ou seja, tomar as atitudes e depois o Conselho corre atrás das decisões que já foram tomadas. A seguir, o presidente colocou em votação do Relator Michele Consolmagno, favorável pela homologação no TAC 02/2021 – Ocorrência de danos em vegetação situada em logradouro público, Av. Norte Sul – Condomínio Shopping Iguatemi. O TAC foi homologado pelo Conselho. Pelo Grupo de Trabalho das Perimetrais falou a Conselheira Elenice que informou que em 12/04 foi feito um relatório sobre as ações do grupo. Na conclusão do relatório o grupo concluiu que todas estas obras deveriam ser paralisadas até que sejam feitos os estudos (EIA/RIMA) e os licenciamentos que as obras deste vulto requerem. Sugeriu-se que a Prefeitura Municipal considere o traçado originalmente previsto para a ligação entre a Av. Plínio Salgado e a Variante José Hermenegildo de Oliveira no termo prepositivo para a Zona Norte I como alternativa ao atual traçado em discussão, assim como possa encontrar propostas alternativas de traçado para a perimetral Sul. Considerando o tempo, o empenho, os recursos humanos e financeiros despendidos pela Administração Municipal e pela comunidade Bragantina como um todo na elaboração do Termo Propositivo para a Zona Norte e Revisão do Plano Diretor, o qual estabeleceu metas e princípios inovadores e desafiadores para o desenvolvimento ambiental sustentável, economicamente equilibrado e socialmente inclusivo, nada mais justo e coerente que a municipalidade tome a frente dessas proporções e coloque exemplarmente Bragança Paulista em destaque, considerando seu desempenho no programa Município Verde e Azul. A Conselheira Adriana Bertolini sugeriu que se crie um grupo novo para acompanhar os trabalhos. O Presidente explicou que houve por parte do Município ordem de serviço para execução de duas perimetrais, a Norte e a Sul. O Ministério Público não concordou com a forma que estava sendo feita a ordem de serviço e entrou com Ação Civil Pública e entre a ordem de serviço e a Ação Civil Pública, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. A secretária Nádia Zacharczuk informou que quem tem que dizer se a obra precisa de ter o EIA/RIMA é a Cetesb. Que a Cetesb já emitiu parecer que perimetral Sul não precisa ter o EIA/RIMA, somente um Estudo Ambiental Simplificado- EAS, que já está em fase de contratação. Quanto a perimetral Norte, a Cetesb emitiu um comunicado verbal que diante das análises feitas na Sul, eles entendem que, ou terá os mesmos tipos de estudos ou uma dispensa deles. O Presidente, com a entrega do relatório, encerrou o Grupo de Trabalho das perimetrais e informou que vai oficiar o Ministério Público e a Prefeitura, solicitando informações detalhadas com relação a perimetral Norte e a Sul. Seguindo com os trabalhos, o Conselheiro Salvador Markowicz falou sobre as ações do Grupo de Trabalho do Aeroporto. Que, foi solicitado através do aplicativo Cidadão Bragantino, um relatório de inteiro teor dos estudos de impacto que estavam sendo realizados. O grupo, após análise, chegou à conclusão de que o documento tinha muitas fragilidades e encaminhou um ofício à Secretaria de Planejamento solicitando retificação do EIV-RIV. Pelo Cidadão Bragantino, o grupo tomou conhecimento que a primeira versão do EIV-RIV entregue pelo Aeroclube na prefeitura havia sido indeferido. Que quando o novo relatório for apresentado, o grupo vai analisar novamente. Sugeriu a prorrogação do tempo do Grupo de Trabalho para poder continuar acompanhando o processo. Pelo Presidente foi dito que o Grupo de Trabalho foi criado através da Portaria do Comdema 02/21 e publicada no dia 16/06/2021 com prazo para conclusão de cento e

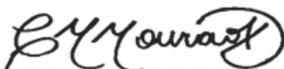
oitenta dias, que vence dia 10/12 podendo ser prorrogado. Gabriela Araújo da Secretaria de Planejamento informou que o EIV-RIV não foi indeferido, foi feita notificação para o interessado apresentar complementações. Que vai notificar novamente o profissional para falar sobre a data das notificações que não foram respondidas e que está sujeito ao arquivamento do processo. Elaine, técnica da Secretaria de Planejamento disse que pelo Plano Diretor o prazo para resposta é de dois meses e que pode ser dilatado. O Presidente argumentou que o papel do Grupo de Trabalho é fazer uma gestão junto ao Poder Público para que esses Impactos de Vizinhança que são gerados sejam quantificados, monitorados e fiscalizados. Que é imprescindível notificação do Aeroclube dando um prazo máximo para resposta. Gabriela Araújo disse que vai ser feita uma notificação para juntada das respostas com prazo de dez dias e caso não haja respostas, o processo será arquivado. Sem nenhuma manifestação ao contrário, foi deferido à dilação de prazo de 180 dias solicitada pelo Grupo de Trabalho do Aeroporto e a inclusão no Grupo de Trabalho do Conselheiro Mauricio Richieri e vai ser publicada nova portaria de aditamento de prazo e inclusão de novo membro. Como próximo item da pauta, a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente apresentaram as ações que são realizadas referentes aos destinos dos animais mortos com ou sem interesse em Saúde. Marta Franco da Secretaria de Saúde fez uma apresentação e disse que houve uma reunião com o Meio Ambiente e algumas questões foram definidas e outras estão sendo estudadas para análise final e divulgação. Que está sendo estudada a contratação de uma empresa para recolher os animais. Que a Secretaria Municipal de Serviços ficará responsável pelo recolhimento dos animais sem tutores. Vai haver uma reunião entre a Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Serviços para estudar melhor essas questões e assim que estabelecidas novas medidas, será divulgada uma cartilha para que a população saiba que órgão procurar. Nádia Zacharczuk explicou que não é a Secretaria do Meio Ambiente que recolhe os animais sem interesse em saúde, ela informa a Secretaria de Serviços ou as zeladorias são responsáveis pelo recolhimento nas vias públicas. Está sendo estudo qual será o destino dos animais. Hoje o abrigo municipal recebe a visita do carro que faz a coleta de resíduos da saúde e leva para empresa de incineração em Paulínia e uma possibilidade seria também ter um ponto onde esses animais recolhidos na rua ficariam em um freezer até que o carro viesse recolher e levasse para incineração. Claudio Zago, chefe da DIBEM, informou que está sendo criada uma cartilha de orientação para população que será divulgada quando todo procedimento estiver funcionando, inclusive, o procedimento operacional padrão que foi criado para retirada desses animais em vias públicas, ressaltou que o dever legal do município que tem animal, vai do início ao fim. Pelo Presidente, com a concordância da planária, vai encaminhar o assunto para Câmara Técnica de Proteção Animal e se necessário o tema volta para discussão. Passando para o próximo item da pauta a Secretária Municipal do Meio Ambiente Nádia Zacharczuk fez uma apresentação sobre pedido de aditamento de Recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente para aquisição de um novo veículo para o SAMUVET, uma vez que o atual é uma ambulância reutilizada da Secretaria de Saúde, que foi adaptada e que está apresentando muitos problemas mecânicos. Claudio Zago continuou a apresentação dizendo que o Serviço de Urgência e Emergência Veterinária foi criado em 2018, através da Portaria 2048 do Ministério da Saúde e dentro essa portaria diz respeito à ambulância e as classificações dela para atendimento a vida. A solicitação da ambulância tipo Furgão é baseada na legislação, para adequação dos materiais e para o benefício ergométrico dos profissionais que atuam no Serviço de Urgência e Emergência em humanos e/ou veterinários. O Furgão precisa ter oito m<sup>2</sup> de área livre e locais específicos para colocação dos materiais. O serviço de urgência e emergência do

município é classificado como suporte básico de vida e suporte avançado de vida. O Presidente colocou em votação o pedido de Aditamento de Recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente para aquisição de um novo veículo para o SAMUV, que foi aprovado com uma abstenção, justificada pela ausência em reunião da Conselheira Elenice. Como último item da pauta, Considerações Finais o Presidente apresentou uma enquete onde 68% pessoas votaram favoráveis a continuidade das reuniões virtuais e 32% votaram a favor do retorno das reuniões presenciais. Informou que recebeu muitas mensagens solicitando um híbrido das reuniões. Consultou o Jurídico da prefeitura e o Ministério Público e parece que o híbrido seja um modelo útil onde à maioria das reuniões continuariam virtuais e os assuntos de maior relevância seriam discutidos em reuniões presenciais. Com a concordância da Planária pediu que a diretoria fizesse um estudo sobre o formato híbrido, baseado no Regimento, e encaminhasse na reunião do dia 16 de dezembro, uma proposta formal de regulamentação nova para reuniões virtuais e presenciais a partir de 2022. A Conselheira Elenice falou sobre as reuniões que estão sendo feitas entre os moradores do bairro e a Secretaria do Meio Ambiente, para revisão geral das áreas verdes e destino mais adequado para uma faixa verde existente no limite do bairro. O Presidente fez uma apresentação sobre as áreas verdes do bairro Santa Helena que ficam nos fundos das casas e acabam sendo invadidas com piscinas, churrasqueira. Para ter uma área mais verde tem que começar pelas áreas verdes que foram ocupadas pelos próprios moradores do bairro. Pelo Presidente foi informado que os Conselheiros membros da OAB justificaram suas ausências e que Conselheira Juliana deixou formalmente o Conselho sendo substituída pela Conselheira Michele. Informou também, que foi encaminhada à Secretaria Chefe de Gabinete a portaria de desligamento baseado no Regimento Interno. Como nada mais foi dito, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



**JOAQUIM GILBERTO DE OLIVEIRA**

Presidente do COMDEMA



**CAROLINA MASTROROSA MOURÃO**

Secretária do COMDEMA